

Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas



Relatório Final

Segundo Fórum Regional

(América Central e América do Sul)
Buenos Aires, Argentina, 6 a 8 de abril de 2005

Foro Interparlamentario de las Américas
Fórum Interparlamentar das Américas



Forum interparlementaire des Amériques
Inter-Parliamentary Forum of the Americas

Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas

Segundo Fórum Regional (América Central e América do Sul)

A Liderança da Mulher para o Fortalecimento da Governança Democrática

Buenos Aires, Argentina, 6 a 8 de abril de 2005

Índice

Agradecimentos	3
Nota Bene	3
1. Cerimônia de abertura	4
2. Primeira sessão: <i>Liderança feminina e poder</i>	5
2.1 Apresentação: Vencer a adversidade: a construção da liderança das mulheres.....	5
2.2 Experiências nacionais: Argentina, México e Paraguai	6
2.3 Debate.....	9
2.4 Conclusões	10
3. Segunda sessão: <i>Mulher, pobreza e emprego</i>	11
3.1 Apresentação: Integrar a problemática homens-mulheres nas políticas e programas de redução da pobreza	11
3.2 Experiências nacionais: Bolívia, Brasil e Salvador	12
3.3 Debate.....	15
3.4 Conclusões	16
4. Troisième session: <i>Direitos da pessoa da mulher e violência contra a mulher</i>	16
4.1 Apresentação: Os instrumentos internacionais de proteção dos direitos das mulheres e o papel dos parlamentos.....	16
4.2 Experiências nacionais: Chile e República Dominicana	18
4.3 Debate.....	20
4.4 Conclusões	21
5. Quarta sessão: Formação de mulheres líderes	21
5.1 Apresentações	22
5.2 Relatórios das mesas-redondas.....	24
6. Outras questões.....	26
6.1 Declaração dos congressistas peruanos no Segundo Fórum Regional do Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas	26
6.2 Convite para o Fórum de Gênero.....	26
6.3 Leitura	26
7. Alocação de encerramento	27
8. Anexos	28
8.1 Anexo 1: Lista das participantes	28
8.2 Anexo 2: Discurso de abertura	30
8.3 Anexo 3: Declaração dos congressistas da República do Peru no « Segundo Fórum Regional do Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas.».....	39
8.4 Anexo 4: Programa do Segundo Fórum Regional	41



Agradecimentos

A Secretária da FIPA faz questão de agradecer enfaticamente o Congresso argentino assim como a deputada Margarita Stolbizer e a sua equipe por ter permitido a realização desse evento.

Agradecemos também o Governo finlandês, o Instituto do Banco mundial e o Ministério das Relações exteriores do Canadá por suas contribuições financeiras, sem as quais esse fórum não teria sido realizado.

Finalmente fazemos questão de expressar nossos sinceros agradecimentos a todos os parlamentares, especialistas e representantes de organizações da sociedade civil que, ao compartilhar suas experiências e know-how, contribuíram para chegar aos objetivos fixados.

Nota Bene

O conteúdo do presente relatório foi elaborado pela Secretária da FIPA e só contém resumos das apresentações e dos debates que ocorreram nos dias 7 e 8 de abril de 2005. O texto integral das apresentações, assim como algumas apresentações em *PowerPoint*, estão disponíveis em espanhol no site do Parlamento virtual da FIPA www.e-fipa.org.

Original: Francês

Introdução

Nos termos de uma decisão do Comitê executivo da FIPA, o Segundo Fórum Regional do Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas foi realizado em Buenos Aires na Argentina, na sede do Congresso da Nação, de 6 a 8 de abril de 2005. Esse evento foi uma iniciativa da deputada argentina Margarita Stolbizer, presidente do Grupo das Mulheres, e reuniu 46 parlamentares dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Chile, Cuba, Equador, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Perú, República Dominicana, El Salvador, Uruguai e Venezuela.

Os objetivos do encontro consistiam em:

- Melhorar a capacidade dos parlamentares na implantação de políticas visando a igualdade dos sexos através do intercâmbio de experiências e de melhores práticas;
- Avaliar os avanços realizados em matéria de liderança das mulheres na região identificando ferramentas para melhorar a sua participação nos espaços de decisão; e
- Formular recomendações à Assembléia plenária da FIPA, em vista da IV Cúpula das Américas que será realizada em Mar del Plata, Argentina, de 4 a 5 de novembro de 2005, enfatizando o tema da criação de empregos para enfrentar a pobreza e reforçar a governança democrática.

Um vinho de honra foi oferecido em 6 de abril de 2005 para desejar as boas-vindas aos participantes enquanto que os debates oficiais ocorreram em 7 e 8 de abril de 2005.

1. Cerimônia de abertura

« Reunidas aqui estão representantes da América do Sul e da América Central, regiões afundadas em dívidas, pontuadas por erros e vítimas de esquecimentos. Estamos reunidas para começar uma nova luta na qual todas as nossas ações e pensamentos devem estar a serviço daqueles e daquelas a quem devemos devoção e proteção».
- Senadora Miriam Curletti, vice-presidente do Senado da Argentina

A presidente do Grupo das mulheres parlamentares das Américas, a deputada Margarita Stolbizer, deu início à abertura da reunião, agradecendo o Instituto do Banco Mundial e o Governo Finlandês assim como os outros parceiros da FIPA pelo apoio oferecido. Após uma breve explicação sobre a criação do Grupo das mulheres da FIPA, a deputada apresentou o programa dos dois dias de reunião.

A senadora mexicana e membro do Comitê executivo da FIPA, a sra. Silvia Hernández, prosseguiu transmitindo aos participantes as saudações da presidente da FIPA, Céline Hervieux-Payette. Ela aproveitou a ocasião para salientar como é importante que as parlamentares mulheres participem dos trabalhos parlamentares de caráter não somente social, mas também econômico, orçamentário e técnico, etc. para encontrar soluções concretas aos problemas que as preocupam.



Em seguida, foi a vez do deputado argentino Luis Arturo Molinari Romero, membro do Comitê executivo da FIPA, que desejou as boas-vindas aos participantes lembrando que a consideração do ponto de vista das mulheres era essencial para todo e qualquer debate e tomada de decisão democrática. O sr. Molinari convidou as participantes não somente a assistir à IV Assembléia Plenária da FIPA em Brasília mas também a transmitir o que tinham a dizer, pelo intermédio da FIPA, aos chefes de Estados das Américas que se reunirão em Mar del Plata em

novembro de 2005.

A cerimônia foi encerrada com um discurso de Miriam Curletti, vice-presidente do Senado argentino, que salientou o caráter essencial de redes como a do Grupo das Mulheres da FIPA quando se trata de incorporar um ponto de vista feminino e fazer valer os direitos das populações mais marginalizadas nos debates sobre integração regional, como elas o fazem nos seus respectivos parlamentos.

O texto integral das alocações está disponível em anexo.

2. Primeira sessão: *Liderança feminina e poder*

A primeira sessão de trabalho, animada pela deputada argentina Rosario Romero, tratava da questão da liderança política das mulheres, e mais particularmente da representação das mulheres nos parlamentos e do reconhecimento e derrubada das barreiras existentes. Após um relato da situação pela especialista paraguaia Line Bareiro, a deputada Graciela Camaño da Argentina, a senadora Silvia Hernández do México e a senadora Ana María Mendoza de Acha do Paraguai compartilharam as experiências de seus respectivos países em matéria de participação das mulheres na política. Em seguida, as parlamentares debateram a questão no intuito de formular recomendações.

2.1 Apresentação: Vencer a adversidade: a construção da liderança das mulheres

A exposição da sra. Line Bareiro, diretora do Centro de documentação e de estudos localizado em Assunção no Paraguai, tinha como eixo diretor a derrubada de obstáculos para o acesso das mulheres ao poder político.

Apesar da história latino-americana contar com vários exemplos de mulheres influentes, foi só há quinze anos atrás que as aptidões pessoais da mulher para dirigir se traduzem por uma representação mais forte nos espaços políticos.

Apesar da legitimidade adquirida por reivindicações em matéria de igualdade dos sexos, as mulheres são na verdade ainda excluídas da tomada de decisão, o que levanta questões quanto ao significado real da governança democrática. Segundo a sra. Bareiro, duas regras do jogo democrático devem ser imperativamente respeitadas para que se atinja a igualdade entre homens e mulheres: o pluralismo (representação da diversidade

de interesses existentes numa sociedade) e o Estado de direito (respeito das regras – tanto internas quanto internacionais– aprovadas de maneira democrática). O direito legítima em todos os países da região a igualdade dos sexos de maneira mais ou menos acentuada. Por exemplo, na Argentina, até a Constituição faz menção da derrubada dos obstáculos à igualdade. No entanto, nem todos os países têm leis eleitorais que incluam princípios de igualdade; o Honduras é um bom exemplo de país que incluiu recentemente disposições para a igualdade entre homens e mulheres na sua lei eleitoral. Nesse sentido, o “mercado” político é como qualquer mercado e não gera igualdade por si só. É dever do Estado intervir para favorecer condições de igualdade.

A sra. Bareiro prosseguiu notando que a América Latina ainda não havia completado a ruptura que representou para as mulheres a aquisição de direitos civis e políticos, no sentido de que, mesmo se exercem amplamente seu direito de eleger, as mulheres exercem muito pouco ainda seu direito de serem eleitas. Mesmo se a América Latina detém, com seus 16,4 % de representação feminina nas câmaras baixas, uma proporção um pouco acima da média mundial (15,5 %), constata-se que o desequilíbrio no tocante a candidaturas é o primeiro obstáculo à eleição de mais mulheres nos parlamentos. Entre os obstáculos que prejudicam o avanço das mulheres em política estão a cultura política impregnada de estereótipos e obstáculos institucionais, como a falta de transparência financeira dos partidos ou o acesso difícil a um financiamento para a formação.

A sra. Bareiro terminou propondo algumas pistas para a eliminação desses obstáculos. Dessa forma, ela incentivou as parlamentares presentes não somente a apoiar a formulação de políticas públicas em favor da igualdade dos sexos, mas também a trabalhar na construção de lideranças femininas que correspondam aos interesses da sociedade sendo eficientes, éticas e orientadas para as necessidades da população.

2.2 Experiências nacionais: Argentina, México e Paraguai

2.2.1 Argentina



A deputada Graciela Camaño começou a sua apresentação observando que a luta das mulheres era uma luta não somente para os direitos das mulheres, mas para a justiça social num contexto em que a situação das mulheres se torna mais precária – em particular a das mulheres arrimos de família.

No entanto, em nível institucional, somente um terço dos municípios dispõe de departamentos encarregados de defender os direitos da mulher, e cinco das vinte e quatro províncias argentinas não tem órgão para essa questão. Existe uma



lacuna importante na representação das mulheres no Executivo, com uma só mulher ministra no atual governo federal e nenhuma governadora provincial. Pode-se lamentar também a ausência quase total de ação positiva nesse sentido. As mulheres são pouco representadas nas altas esferas do poder judiciário.

No tocante ao poder legislativo, a lei de quotas 24.012 estabeleceu por ocasião da reforma constitucional de 1994 um patamar de 30 % nas listas dos partidos políticos. Observou-se então um aumento da representação feminina que chegou a 43 % no Senado nas últimas eleições, mas na Câmara dos Deputados, o patamar fixado há 10 anos parece ter se tornado um teto.

Além disso, constata-se que a participação das mulheres no parlamento não corresponde a uma tomada de poder real. Por um lado, o acesso das mulheres ao poder político coincidiu com uma perda de poder dos parlamentos. Por outro lado, o poder está concentrado nos cargos de diretoria dos partidos políticos e dos comitês eleitorais aos quais poucas mulheres têm acesso. As leis dos partidos não foram harmonizadas em função do artigo 37 e da cláusula transitória da Constituição que os obriga a incorporar 30% de mulheres nas diretorias. Pode-se lamentar também que o Congresso não tenha sancionado alguma lei para regulamentar esse artigo.

Avanços ocorreram em outras esferas sociais: por exemplo, a lei de quotas sindicais contribuiu para o progresso realizado pela mulher nos meios sindicais, mas ainda há muito o que fazer nos meios profissionais, universitários, científicos e no setor privado.

Para concluir, a deputada Camaño fez questão de lembrar o papel essencial que as mulheres argentinas tiveram na luta contra a ditadura e incentivou suas colegas a construir uma liderança que tenha significado: “É possível que hoje ainda nos preocupemos em liderar; vamos tratar também de saber para qué. Portanto, o desafio será duplo: estar à altura dos tempos e preparadas para enfrentá-los”.

2.2.2 México

A sessão continuou com a apresentação da senadora Silvia Hernández que relatou a experiência do Congresso mexicano em matéria de quotas.

O movimento político das mulheres no México nasceu nos anos 70, mas o poderoso discurso das mulheres daquela época só começou verdadeiramente a dar frutos nos anos 90, quando as mulheres cessaram de ser confinadas aos ministérios da condição feminina. Faz pouco tempo que há mecanismos legislativos em favor das mulheres. Após tímidas tentativas, a lei eleitoral federal exige hoje que no máximo 70% dos candidatos de um partido seja do mesmo sexo.

Posicionando-se claramente em favor das quotas, a senadora Hernández lembrou os argumentos que orientam o debate em torno da aplicação de uma lei de quotas. Por um lado, as quotas têm a vantagem de ser eficientes, de favorecer a criação de uma agenda própria às mulheres e de ensinar às mulheres sobre o funcionamento do parlamento, a tomada de decisões, a formação de um consenso, a negociação e o engajamento político.

Os detratores das quotas, por sua vez, argumentam que elas constituem uma forma de discriminação contra os homens, que incentivam a incorporação de mulheres sem formação para “completar” a quota e que estigmatizam as mulheres.

Segundo a sra. Hernández, as quotas não podem ser eficientes se não forem acompanhadas por mecanismos complementares: por um lado, um sistema de posições (no caso do México as listas são compostas de segmentos de três: dois homens, uma mulher, dois homens, uma mulher, etc.);e, por outro lado, regulamentos para incentivar o acesso das mulheres nas pequenas circunscrições (por exemplo, se só dois candidatos da lista são eleitos, um deles deve ser mulher). Nesse exercício, as mulheres devem ser intransigentes e eficientes nos seus respectivos partidos.

A senadora Hernández concluiu lembrando que a FIPA era um fórum para partilhar informação e trocar opiniões, mas principalmente para passar aos atos aprendendo a partir das experiências de outras mulheres parlamentares: “Se chegamos a considerar que a FIPA deve incluir no Parlamento Virtual [www.e-fipa.org] uma lista do que fez cada uma, e como funciona cada lugar, pelo menos teremos tido a satisfação de ter vindo até aqui para aprender a pedir cada vez mais”.

2.2.3 Paraguai

A senadora Ana Mendoza de Acha relatou a sua experiência como mulher parlamentar no Paraguai, um país onde o Senado só tem cinco mulheres para quarenta e cinco senadores, e a Câmara dos Deputados tem oito mulheres para oitenta legisladores.

As mulheres são marginalizadas e excluídas dos cargos de poder: só três são presidentes de comissão e uma mulher nunca foi eleita presidente de câmara. Os preconceitos contra as mulheres parlamentares persistem, e elas ainda estão confinadas aos temas de natureza social, julgados “femininos” ao passo que as presidências de comissões técnicas, verdadeiros espaços de poder são reservados aos homens.

Segundo a senadora Mendoza de Acha, as mulheres também devem mostrar sua capacidade com mais empenho que os homens e beneficiam de uma margem de erro mínima. Além disso, elas são instigadas a adotar um estilo político masculino agressivo.

Com base na sua experiência pessoal como presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa, a senadora Mendoza de Acha observou que era possível para uma mulher desenvolver um estilo próprio mostrando firmeza. Ela deu vários exemplos de liderança orientada para os resultados tanto no seu trabalho com pessoas idosas como nos seus esforços em favor dos direitos dos prisioneiros. Ela também salientou a possibilidade que teve como parlamentar de contribuir para a construção de um consenso e para a solução de problemas entre grupos opostos oferecendo-lhes um espaço de discussão dentro do próprio Parlamento.

A senadora salientou em seguida que o seu papel consistia em incluir na agenda política temas muitas vezes deixados de lado no intuito de representar o conjunto dos cidadãos, inclusive os mais marginalizados.

Insistindo em dois elementos essenciais a uma boa representação política –a busca de resultados concretos e a transmissão de valores como a honestidade e a transparência–,



a senadora terminou o seu discurso incentivando as suas colegas a dar testemunho da sua experiência e a servir de modelos, principalmente junto aos jovens.

2.3 Debate

A senadora Shessarenko do Brasil, a deputada Quezada de Honduras, a deputada Santos Amaral da Venezuela, as deputadas salvadorenhas sras. Peña Pinto e Coto, a senadora Calderón do México e a parlamentar andina Vallejo Klaere intervieram por ocasião do debate, animado pela deputada argentina Rosario Romero.

Os assuntos tratados no debate foram:

- as reformas às leis eleitorais e dos partidos políticos e, em particular, os elementos necessários para tornar as leis de quota eficazes;
- a importância de transpor o debate sobre a igualdade dos sexos e as iniciativas decorrentes para a mídia;
- a importância de adquirir ferramentas práticas para exercer o poder de forma efetiva, tais como táticas de negociação;
- a coordenação entre partidos políticos e a constituição de agendas comuns para tratar da igualdade dos sexos e dos direitos da criança;
- o papel-chave dos partidos políticos como principais veículos do avanço político das mulheres;
- a criação de redes e de alianças (ex.: O Fórum de Mulheres dos Partidos Políticos e a Associação de Mulheres Parlamentares e Ex-parlamentares em El Salvador);
- a transmissão dos valores de igualdade dos sexos para a jovem geração através de iniciativas como o parlamento das crianças, no intuito de derrubar os obstáculos culturais veiculados pelas tradições patriarcais;
- a necessidade de organizações como a FIPA apoiarem a batalha iniciada pelos parlamentares para o estabelecimento de quotas e garantir o acompanhamento das decisões tomadas por ocasião dos encontros interparlamentares;
- a necessidade de hierarquizar obstáculos ao avanço político das mulheres de modo a encontrar soluções apropriadas;
- a responsabilidade das mulheres na transmissão de valores de igualdade dos sexos, dado que as estruturas de poder que prevalecem na família são transferidas para a esfera política;
- a participação dos homens nas discussões que tratam da igualdade dos sexos;
- a necessidade de transpor a essência da mulher na política, promovendo uma liderança orientada para o intercâmbio, o consenso, a transparência e a ética.

2.4 Conclusões

Conclusões sobre a caracterização da situação das mulheres na região:

- Sempre houve mulheres líderes, mas falta a união dessa liderança com a possibilidade e o desejo de outorgar-se poder;
- O discurso da igualdade tem adquirido ampla legitimidade e ninguém se anima a discuti-lo nos setores públicos;
- As situações de discriminação são permanentes, embora se destaque o enorme avanço em matéria de conquista de direitos;
- Onde estão presentes os fundamentalismos, as mulheres perdem direitos;
- Existe discriminação trabalhista expressada na diferença salarial em situações de igual trabalho, e as maiores diferenças se dão nos campos profissionais e técnicos;
- A divisão de poderes própria da república, o estado de direito, a incorporação ao direito interno dos pactos internacionais em matéria de direitos da mulher e o pluralismo entendido como respeito das diversidades e identidades, são marco propício para a igualdade;
- As mulheres no âmbito do poder tendem ainda a ser localizadas nos temas considerados femininos e excluídas naqueles outros temas de relevância, no manejo das questões públicas.

Ações recomendadas:

1. Necessário é reconhecer os obstáculos existentes nos partidos políticos e a legislação eleitoral, onde aparecem como naturais a discriminação e os estereótipos cristalizados; e trabalhar para removê-los criando condições para a igualdade;
2. Fortalecer lideranças que reconheçam: eficiência, conduta ética é uma atuação orientada à pessoa;
3. Construir lideranças sociais, definindo o porquê e o para que, com agenda própria e inclusão dos temas da agenda general;
4. Reconhecer o valor das “cotas ou cupos” como uma ferramenta ou mecanismo eficiente que orienta e educa, mas que requer outros complementos, destacando-se a importância das mudanças culturais e os modelos difundidos a através dos meios de comunicação social;
5. As mulheres devem construir lideranças sociais positivas, não apenas vinculadas com seus direitos, senão representando os interesses de todas as pessoas;
6. Imprescindível é alcançar poder e capacidade de negociação das mulheres, para incidir nas políticas de estado para a construção de uma democracia mais forte.

Reladoras: Deputadas Rosario Romero e Margarita Stolbizer



3. Segunda sessão: *Mulher, pobreza e emprego*

A segunda sessão de trabalho tinha como eixo diretor o papel dos parlamentos na redução da pobreza e a criação de empregos para as mulheres. As discussões tinham entre outros objetivos o de fazer recomendações aos chefes de Estado e de governo das Américas que participarão da Cúpula de Mar del Plata em novembro de 2005, cujo tema trata da “criação de empregos para enfrentar a pobreza e fortalecer a governança democrática”.

Após uma apresentação da especialista Mercedes Kremenetzky da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), órgão da Organização dos Estados Americanos voltado desde 1928 à defesa dos direitos da mulher, as parlamentares Elsa Aguirre Guevara, da Bolívia, Iara Bernardi, do Brasil, e Blanca Flor Bonilla, de El Salvador, tomaram a palavra para expor experiências da suas respectivas instituições sobre essa questão.

3.1 Apresentação: Integrar a problemática homens-mulheres nas políticas e programas de redução da pobreza

Após ter salientado que a pobreza não era tanto uma condição em que as necessidades básicas não eram supridas, mas era a ausência da capacidade ou oportunidades para mudar a situação, Mercedes Kremenetzky lembrou os principais fatores que influenciam a feminização da pobreza nas Américas: o número crescente de mulheres arrimos de família cujos empregos são precários; a falta de acesso aos recursos produtivos como a terra, o capital, a informação, as novas tecnologias ou os recursos naturais; e a concentração de empregos para as mulheres no setor informal e nas atividades com baixa remuneração. Apesar desse retrato negativo, constata-se que as rendas das mulheres –mesmo pobres– geram benefícios sociais importantes tais como a saúde e a educação, já que elas dedicam a essas áreas mais recursos familiares. Assim, o acesso das mulheres a empregos produtivos é uma estratégia-chave para obter resultados reais.

No intuito de desenvolver políticas e programas eficientes de luta contra a pobreza feminina, é fundamental analisar o impacto diferenciado da pobreza em homens e mulheres. Para tanto, a CIM incluiu o *Programa interamericano sobre a promoção dos direitos humanos da mulher, da equidade e da paridade homem-mulher* (PIA), cujo objetivo é o de integrar um ponto de vista sobre a igualdade dos sexos de maneira intersetorial nas políticas e programas regionais, por exemplo envolvendo-se nos processos preparativos das reuniões ministeriais de diversos setores.

Uma das principais recomendações feitas pela CIM aos parlamentares que participam das comissões orçamentárias consiste em alocar maiores recursos financeiros e técnicos para a integração do ponto de vista da igualdade dos sexos nas políticas públicas. As outras recomendações consistem em: produzir estatísticas diferenciadas por sexo; adotar políticas de crescimento que favoreçam o uso intensivo de mão de obra; analisar o impacto diferenciado das políticas públicas para homens e mulheres; criar incentivos para que as empresas privadas melhorem o acesso das mulheres à poupança e aos empréstimos; facilitar um acesso nivelado das mulheres aos recursos produtivos e ao emprego assim como instaurar políticas de equidade salarial; melhorar o acesso das mulheres pobres aos serviços de saúde reprodutiva e planejamento familiar; reconhecer o valor do trabalho não remunerado; e adotar políticas que favoreçam uma distribuição

equitativa das obrigações familiares e domésticas e que garantam o acesso equitativo das crianças ao sistema educativo.

Para terminar, a sra. Kremenetzky reiterou a disposição da CIM de trabalhar em parceria com o Grupo das Mulheres Parlamentares da FIPA para promover a implantação de políticas em matéria de igualdade dos sexos e de luta contra a pobreza. Os documentos distribuídos pela CIM estão à disposição dos parlamentares no Parlamento virtual das Américas: www.e-fipa.org.

3.2 Experiências nacionais: Bolívia, Brasil e Salvador

3.2.1 Bolívia

Após ter contado sua experiência pessoal como primeira mulher eleita para a chefia de uma central sindical na Bolívia, a deputada Elsa Guevara Aguirre elaborou um retrato da situação da mulher na Bolívia – um país rico em recursos e em diversidade no qual uma vasta parte da população ainda vive abaixo da linha de pobreza.



Mesmo se, desde a revolução de 1952, as mulheres bolivianas têm o direito de votar e de serem eleitas, observa-se na Bolívia uma taxa de analfabetismo mais elevada do que no resto da América Latina, uma incidência importante de violência familiar física e psicológica e principalmente uma feminização da pobreza devida, em particular, à insuficiência das políticas implantadas pelos governos central, departamentais e municipais. Apesar dessa situação, a

defasagem entre homens e mulheres diminuiu entre 1976 e 2001 e nota-se um avanço nas políticas nacionais em favor das mulheres.

No poder executivo, existe agora o sub-ministério da Mulher, um quarto dos ministros do país são mulheres (que estão com as carteiras do Trabalho, da Educação, da Saúde e da Participação Popular), e o cargo de delegado presidencial para a luta contra a corrupção pertence também a uma mulher. Quanto ao legislativo, o Congresso conta com cinquenta e duas mulheres para um total de cento e trinta deputados (dos quais vinte e quatro mulheres titulares) e dez senadoras para vinte e sete senadores (quatro titulares). Há também dois representantes na Corte Suprema, o que representa em conjunto um grande passo para a nação boliviana.

A deputada Aguirre partilhou em seguida a experiência legislativa do seu país em matéria de proteção das mulheres e das crianças, dando uma breve explicação das seguintes leis: a lei 1.551 sobre a participação popular; a lei do Instituto Nacional da Reforma Agrária (INRA) que deu às mulheres o direito à terra; a lei orgânica das



municipalidades que regulamenta os serviços municipais de proteção da família e da mulher; a lei do defensor do Povo –uma instituição de proteção da família–; e a lei dos partidos políticos que prevê um patamar de participação das mulheres de 30 % e estabelece um princípio de alternância homem-mulher nas listas. Isso contribuiu em grande parte para o aumento do número das deputadas titulares no Congresso.

Ela também citou: o código da família; a lei de aceleração dos processos civis e de assistência familiar (com o lado bom e ruim); a lei contra a violência intrafamiliar; a lei das trabalhadoras domésticas que estabelece um salário mínimo e benefícios sociais; e a lei sobre o seguro universal maternal infantil. Além disso, a deputada indicou que o Congresso estava trabalhando num projeto de lei para a Assembléia constituinte, que prevê uma representação igual dos homens e das mulheres.

Para terminar, a deputada lançou um apelo para que tais encontros dêem mais lugar aos homens de modo a que os dois sexos trabalhem juntos para uma inclusão social equilibrada.

3.2.2 Brasil

A apresentação da deputada brasileira Iara Bernardi, membro do Comitê Executivo da Rede das Mulheres Parlamentares da Confederação Parlamentar das Américas (COPA), tinha como eixo diretor as iniciativas legislativas tomadas pelo comitê eleitoral das mulheres do Congresso brasileiro para lutar contra a pobreza feminina e em favor dos direitos da mulher.

A realidade brasileira, salientou, corresponde em grande parte à situação descrita pela CIM para a região toda: apesar da riqueza e da diversidade do país, as desigualdades sociais profundas afetam primeiro as mulheres, uma situação agravada pela ausência de políticas sociais. Essa situação –que se manifesta pela discriminação salarial, a precariedade dos empregos ocupados pelas mulheres e a falta de proteção social– foi aliás evidenciada por uma Comissão sobre a feminização da pobreza.

Considerando a falta de Comissão sobre a igualdade dos sexos no Congresso, foi o comitê eleitoral das mulheres que tinha como missão lutar para a melhoria da situação sócio-econômica das mulheres. Entre os resultados decorrentes dessa aliança, a deputada citou a implantação de uma legislação mais clara no tocante ao trabalho doméstico, assim como de um projeto de lei, em discussão, que visa oferecer uma aposentadoria para as mulheres do lar. O comitê eleitoral também quer trabalhar para introduzir uma legislação em favor do direito à aposentadoria para os empregados domésticos, que protegeria em particular o trabalho doméstico infantil. São também debatidas as questões ligadas à situação da mulher em meio rural, o acesso das mulheres ao crédito, a proteção dos empregos informais (principalmente ocupados por mulheres), assim como o trabalho das parteiras, que é atualmente objeto de um projeto de lei.

A deputada brasileira mostrou-se particularmente interessada em aprender a partir da experiência das suas colegas das Américas em matéria de orçamento sexuado (ainda inédito no Brasil), assim como a difícil questão da descriminalização do aborto, atualmente em estudo por uma Comissão tripartite composta pelo Parlamento, pelo governo e pela sociedade civil.

A deputada Bernardi explicou que o parlamento brasileiro havia formado uma Comissão especial para lutar contra a exploração sexual infantil, o turismo sexual e o tráfico de mulheres e crianças cada vez mais presentes no Brasil. Em seguida, ela mencionou mudanças introduzidas no Código Penal para eliminar a discriminação contra as mulheres, em particular nas disposições que visavam proteger a “mulher honesta” (as quais definiam o adultério como crime) reparando, pelo casamento com o agressor, os estupros e crimes sexuais.

Finalmente, a sra. Bernardi insistiu sobre os objetivos a serem atingidos em matéria de legislação eleitoral, as lacunas do sistema de quotas em vigor sendo evidenciadas por uma representação parlamentar feminina que está entre as mais baixas do continente com 45 mulheres para 513 deputados e 9 mulheres para 81 senadores.

3.2.3 El Salvador

A deputada salvadorenha Blanca Flor Bonilla concluiu a série de apresentações mostrando uma série de dados sobre a situação da mulher em El Salvador assim como certos elementos da luta contra a pobreza em seu país.

Foi pouco após os acordos de paz em 1994 que um programa em favor dos direitos da mulher foi elaborado em Salvador traduzindo-se por uma série de reformas legislativas promovidas no âmbito dos compromissos internacionais do país. Os compromissos ainda estão longe de serem cumpridos já que os dados disponíveis –incompletos em razão da falta de estatísticas por sexo– demonstram ao contrário um aumento da extrema pobreza no grupo das mulheres. A Comissão das Nações Unidas que trata da discriminação contra as mulheres chamou a atenção do Estado salvadorenho sobre a situação precária das mulheres em meio rural. Além disso, os dados apresentados pela deputada sobre o emprego mostram para quase todas as faixas etárias que as mulheres vivem uma situação mais precária.

Apesar dos programas governamentais em vigor em matéria de educação, de saúde e de criação de empregos, a estratégia de sobrevivência mais eficiente continua sendo o envio massivo de dinheiro para a diáspora salvadorenha instalada nos Estados-Unidos que representa 16% do produto interno bruto. O custo da imigração salvadorenha tem como consequência uma ruptura do núcleo familiar o que resulta em vários problemas, como o do aumento da violência.

Reconhecendo que a interpretação das causas e das soluções para a feminização da pobreza não era objeto de consenso entre os partidos políticos, a deputada Bonilla defendeu a idéia que o acesso ao emprego, à renda estável, à educação e à saúde constituíam direitos da pessoa essenciais numa democracia participativa e não de simples oportunidades como preconizado pelo modelo neoliberal.

No âmbito legislativo, a deputada Bonilla denunciou certas decisões legislativas que contribuíram para a deterioração da situação da mulher, como o aumento da idade da aposentadoria e da privatização do sistema de aposentadorias.



Apesar das divergências ideológicas entre os partidos, a deputada fez questão de salientar que a aliança entre as mulheres parlamentares da Assembléia Legislativa havia criado iniciativas visando dar soluções concretas aos problemas enfrentados. Um dos melhores exemplos é o projeto do orçamento integrando um ponto de vista sobre a igualdade dos sexos que propõe, por exemplo, a atribuição de um orçamento específico a certos problemas de saúde femininos, como o câncer do seio ou do colo do útero.

3.3 Debate

A discussão, animada pela deputada argentina Alicia Tate, continuou com intervenções das deputadas Donis e Montenegro da Guatemala, da senadora Guzmán do México, da deputada Alemañ de Cuba e da senadora Franco de Fernández do Paraguai.

As parlamentares levantaram as questões seguintes:

- O orçamento é o principal instrumento através do qual os legisladores podem exercer uma influência e promover a implantação de políticas públicas e de programas que beneficiem as mulheres. Por exemplo, o Congresso mexicano aprovou a alocação de recursos orçamentários para estabelecer um diagnóstico da situação sócio-econômica dos homens e das mulheres em cada estado. A capacidade orçamentária pode no entanto ser restrita por causa das receitas fiscais limitadas.
- As organizações interparlamentares tais como a FIPA deveriam organizar workshops sobre a elaboração de orçamentos que integrem um ponto de vista sobre a problemática da igualdade dos sexos.
- As parlamentares também podem exercer sua influência sobre a situação sócio-econômica das mulheres trabalhando na implantação de leis que dizem respeito à família, à maternidade, ao acesso à educação, à discriminação no campo do trabalho, ao setor da micro empresa e da pequena e média empresa, o acesso aos tratamentos gratuitos para as doenças femininas como o câncer do seio, as creches nas empresas, o acesso das mães e das crianças aos tratamentos de saúde, etc.

3.4 Conclusões

1. Para reduzir a pobreza deve-se resolver o problema da desigualdade, especialmente quanto ao acesso à terra, à moradia, à informação, à tecnologia e aos meios de produção.
2. O caminho principal é a formação, a capacitação, a educação e as políticas públicas que reduzem as desigualdades sociais;
3. Existe uma feminização da pobreza que está vinculada às dificuldades que enfrentam as mulheres, para ter acesso a meios aos quais os homens têm acesso e em particular por seu trato desigual no campo do trabalho, onde se visualiza nitidamente sua discriminação e desproteção no tocante a salários e benefícios sociais;
4. A pobreza afeta mais as mulheres e portanto sua eliminação está vinculada à eliminação da discriminação de gênero, para o qual deve avaliar-se o impacto das políticas gerais sobre as mulheres e implementar políticas e programas específicos, assim como a incorporação da perspectiva de gênero de forma transversal nas políticas públicas;
5. É necessário contar com maiores recursos técnicos e financeiros destinados à promoção da mulher;
6. Promover as medidas concretas de distribuição mais equitativa das responsabilidades familiares entre homens e mulheres e um acesso equitativo de ambos ao sistema educativo; assim como a erradicação da violência doméstica e a proteção do trabalho informal.

Relatoras: Deputadas Alicia Tate e Margarita Stolbizer

4. Troisième session: *Direitos da pessoa da mulher e violência contra a mulher*

A última sessão da quinta-feira 7 de abril foi dedicada à questão dos direitos humanos das mulheres e da violência. Em primeiro lugar, as parlamentares ouviram a apresentação da sra. Susana Chiarotti, coordenadora regional do Comitê da América Latina e do Caribe para a defesa dos direitos da mulher (CLADEM) para em seguida ouvir as experiências dos parlamentos chilenos e dominicanos apresentadas respectivamente pelas deputadas Maria Antonieta Saa e Cristina Lizardo. Continuando houve um debate animado pela deputada argentina Elda Susana Agüero.

4.1 Apresentação: Os instrumentos internacionais de proteção dos direitos das mulheres e o papel dos parlamentos

A sra. Susana Chiarotti começou a sua apresentação lembrando as duas grandes responsabilidades dos Parlamentos em matéria de direitos da pessoa: em primeiro lugar, a de ratificar os tratados internacionais assinados pelos Estados e harmonizar as leis internas em função dos compromissos assumidos; e, em segundo lugar, a de legislar de modo a que os cidadãos usufruam de direitos garantidos por tratados internacionais.

No tocante à ética, as responsabilidades não se limitam aos tratados de aplicação jurídica obrigatória, mas incluem a aplicação –de maneira intersetorial– dos planos de ação e de programas internacionais adotados pelos governos, como a *Plataforma de Ação de Beijing*.



Quanto ao direito internacional, a adoção da *Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres* (CEDAW) representa uma grande vitória para a proteção dos direitos da mulher, haja vista que, por um lado a Convenção tem como eixo diretor a não-discriminação –um princípio de aplicação imediata– e por outro lado porque os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais fazem parte de um mesmo conjunto de direitos, indivisíveis e interdependentes. Além disso, o artigo 2 da

Convenção é especificamente dirigido ao poder legislativo, pedindo aos Estados para: “incluir na sua constituição nacional ou em qualquer outra disposição legislativa apropriada o princípio de igualdade dos homens e das mulheres, se já não foi feito, e garantir por via legislativa ou por outros meios apropriados a aplicação efetiva do princípio em questão”; e “adotar medidas legislativas e outras medidas apropriadas, inclusive sanções se for necessário, proibindo qualquer discriminação contra as mulheres”.

Em 1999, o protocolo opcional à Convenção da Mulher permitiu reforçar a Convenção criando um mecanismo pelo qual é possível denunciar violações aos direitos da mulher ou de apresentar pedidos de inquéritos. Esse protocolo ainda não foi ratificado pela Argentina, o Chile, Colômbia, Cuba e El Salvador.

A Comissão da Convenção por sua vez revisa os relatórios periódicos de cada país e se encarrega de fazer as observações finais que podem servir de guia aos parlamentos indicando as modificações a serem feitas no campo legislativo. A sra. Chiarotti também convidou parlamentares a estudar as recomendações gerais da Comissão, citando, entre outras, a recomendação 24 que pede aos Estados para reformar todas as disposições penais nacionais que representem discriminações contra a mulher. Ela aproveitou para citar algumas violações flagrantes dos direitos da mulher que persistem em leis de alguns países do continente como, por exemplo, a disposição que permite ao estupro de reparar o seu erro casando-se com a vítima, a qual subsiste ainda em vários níveis nas legislações da Argentina, da Bolívia, da Costa Rica, da Guatemala, do Panamá e do Uruguai (o Brasil a eliminou recentemente).

A coordenadora da CLADEM continuou sugerindo aos participantes tomar conhecimento do relatório Cardoso sobre a reforma das Nações Unidas, que faz menção de propostas sobre a maneira segundo a qual os parlamentos e as Nações Unidas deveriam se articular.

Finalmente, a Susana Chiarotti descreveu rapidamente a *Convenção interamericana sobre a prevenção e a eliminação da violência contra a mulher* “Convenção de Belém do Pará”, única, pois ela introduziu um novo direito – o de “viver num clima livre de violência”. Um mecanismo foi criado recentemente para garantir um melhor

acompanhamento por ocasião da Convenção, compreendendo uma conferência dos Estados partes e uma Comissão que analisará os relatórios dos Estados partes e submeterá as recomendações à Conferência, o que aumentará a responsabilidade dos parlamentares.

Ela terminou sua apresentação reiterando o seu apoio à continuação de um diálogo entre os parlamentares e as organizações da sociedade civil.

4.2 Experiências nacionais: Chile e República Dominicana

4.2.1 Chile

A deputada Maria Antonieta Saa continuou a sessão apresentando a experiência legislativa do Chile em matéria de proteção dos direitos da mulher. Ela manifestou alegria porque, graças à luta do movimento feminista para o acesso das mulheres aos cargos ministeriais, o Chile entrevê pela primeira vez em 2005 a possibilidade de ter uma mulher eleita à Presidência da República.

No Chile, é a reforma dos artigos 1 e 19 da Constituição da República que serviu de cenário para fazer modificações às leis discriminatórias contra as mulheres. Apesar do Chile ter ratificado a maioria dos tratados internacionais quanto a essa questão, isso não se verifica para o protocolo opcional da CEDAW que foi rejeitado após um longo debate.

No que diz respeito à violência intrafamiliar, a lei adotada em 1994 permanece insuficiente para enfrentar essa calamidade que se vê nas estatísticas elevadas de feminicídios por causa do lugar dado à conciliação e à mediação como recurso, e à falta de qualificação dos juízes encarregados de vigiar a aplicação da lei. Um projeto de reforma dessa lei está em estudo: o ato de violência seria claramente definido como crime e o recurso à mediação seria eliminado de modo a que a lei sirva ao seu objetivo essencial, ou seja, o de punir e proteger.

Uma lei contra o assédio sexual no local de trabalho foi também adotada mesmo que não faça parte do código penal. Outras modificações foram feitas em matéria de crimes sexuais: o crime –exclusivamente feminino– de adultério foi retirado do código criminal em 1990 e o estupro conjugal foi considerado, a partir de 1997, um crime mesmo se as denúncias ainda são delicadas do ponto de vista social. As questões envolvendo parricida e infanticida estão sendo examinadas assim como uma iniciativa para penalizar o tráfico de mulheres e as associações criminosas que o praticam.

Quanto às outras formas de discriminação, o Parlamento está modificando a Lei da sociedade conjugal que reconhecia o marido como administrador dos bens. Por outro lado, o governo apresentou um projeto de lei contra qualquer forma de discriminação que penalizaria de agora em diante os atos e omissões discriminatórios. A deputada chilena também fez referência à impossibilidade, até o presente momento, de legislar sobre direitos sexuais e reprodutivos, tema ainda muito sujeito à controvérsia.

Finalmente a sra. Saa salientou a importância de criar alianças entre parlamentares e organizações da sociedade civil, em particular no tocante à violência familiar e lembrou que era preciso ser perseverante diante da lentidão do processo legislativo: “Mesmo que a sanção de uma lei leve dez anos, nossa experiência mostra que se pode conseguir e



assim realmente cumprir com uma responsabilidade nossa que é a de proteger os direitos das mulheres.”

4.2.2 *Republica Dominicana*

A deputada Cristina Lizardo prosseguiu com um resumo das principais realizações legislativas do Congresso dominicano em matéria de direito das mulheres.

Apesar da existência de departamentos policiais e estatais de denúncia dos abusos e da proteção das vítimas, a violência contra a mulher permanece a segunda causa de morte na República Dominicana. Quanto ao aspecto econômico, as mulheres beneficiam de salários inferiores enquanto que no tocante à representação política, a situação é ainda pior: as mulheres têm somente 6,3 % dos senadores e 16 % dos deputados. A mesma defasagem existe no que diz respeito às candidaturas o que prejudica a eleição de mulheres.

No plano legislativo, o Estado dominicano assinou e ratificou as principais convenções de direitos da pessoa e da mulher, entre outras a CEDAW e a Convenção de Belém do Pará. Internamente, a Constituição promove a igualdade entre homens e mulheres, e existe um programa –o Plano nacional de equidade des sexos (PLANEO)– assim como um conjunto de leis que mostram o trabalho realizado pelo Congresso para o avanço das mulheres.

A deputada Lizardo citou uma série de iniciativas legislativas que promoveram a proteção dos direitos da mulher no direito interno: a lei 16/92 que modifica o código do trabalho; a lei 55/93 sobre o HIV; a lei 24/97 sobre a violência intrafamiliar e contra as mulheres; a lei 8/95 sobre o aleitamento materno; a lei 24/97 que modifica as leis agrárias para dar às mulheres acesso à terra e ao crédito; a lei 66/97 (lei orgânica sobre a educação) que estabelece o princípio de igualdade em matéria de educação; a lei 86/99, particularmente importante pois ela transforma a Diretoria Geral para a Promoção da Mulher em Secretaria de Estado da Mulher, um órgão de alto nível que coordena a execução de políticas e programas de igualdade dos sexos por setor, ao nível interministerial e com a sociedade civil; e o decreto 974/01 que impõe a transversalidade da problemática homem-mulher criando em cada ministério um departamento para a igualdade dos sexos e o desenvolvimento.

Pode-se acrescentar ainda: a lei 12/00 que aumenta de 25 para 33 % as quotas de mulheres nos cargos parlamentares e municipais e a lei 13/00 que reserva 50% dos cargos de prefeitos ou prefeitos-adjuntos às mulheres; a lei 42/00 que rege o sistema de saúde; a lei 87/01 que cria um sistema de seguro social; a lei 189/01 que protege o patrimônio da mulher casada, a lei 76/02 que protege as vítimas de atos criminosos; a lei 88/03 sobre os abrigos; a lei 136/03 para a proteção dos meninos, meninas e adolescentes; e finalmente a lei 137/03 sobre o tráfico ilícito de imigrantes e de pessoas.

No intuito de garantir uma proteção real dos direitos civis e políticos, o Congresso trabalha para modificar a lei eleitoral que visa harmonizar a aplicação do voto preferencial com a quota estabelecida para conseguir uma representação parlamentar e municipal real. Os partidos políticos do país conhecem também reformas nesse sentido que resultam das alianças de mulheres.

4.3 Debate

As deputadas Morales Castillo e de la Puente Haya do Peru, a deputada Capiberibe do Brasil, a deputada Marte da República Dominicana e a deputada Galfré, representando a província argentina de Jujuy, tomaram a palavra durante o debate animado pela deputada argentina Elda Susana Agüero.

As seguintes questões foram levantadas:

- Os legisladores estão capacitados para oferecer soluções concretas e criativas ao problema que representam as violações aos direitos da mulher e a violência contra a mulher, como mostra o exemplo da Comissão de Ética Parlamentar do Congresso do Peru
- A educação é um componente essencial da luta contra a violência, devendo ser dada aos homens tanto quanto às mulheres
- As alianças entre mulheres de diferentes partidos dão acesso a um maior poder de negociação (ex.: na República Dominicana, as mulheres da Comissão de igualdade dos sexos pediram para ser integradas à Comissão encarregada de revisar o Código Penal e o pedido foi aceito)
- Alianças entre mulheres parlamentares e organizações sociais são necessárias para observar a aplicação das leis existentes (ex.: a criação de um centro para as mulheres prevista e orçada no texto de lei contra a violência da província de Jujuy só foi realizada após apresentação de um recurso judicial que obrigou o governo a agir depois de três anos)
- As polêmicas como as que envolvem a questão do aborto não devem impedir o avanço de questões menos controvertidas

4.4 Conclusões

1. É imprescindível que os governos garantam aos cidadãos e cidadãs todos os direitos consagrados nos tratados internacionais de direitos humanos que assinam.

Neste sentido deve-se adaptar as legislações locais e também implementar as políticas públicas que assegurem sua vigência operacional. Do mesmo modo que com as decisões das Conferências Internacionais da Organização das Nações Unidas ou da Organização de Estados Americanos, especialmente quando se assina um Plano de ação ou uma plataforma, como a de Beijing ou do Cairo;

2. Garantir a equidade de gênero não é somente um problema das mulheres, senão do conjunto da sociedade, para resolver o problema da discriminação, que constitui um objetivo prioritário e um compromisso inadiável para os Estados;
3. O instrumento principal da luta das mulheres contra a discriminação e a violência é a Convenção (CEDAW) e o Protocolo – que ainda não foi aprovada em muitos países - que estabelece os mecanismos operacionais dos direitos estabelecidos ali, porquanto se faz imperiosa a sua promoção;
4. As mulheres estão sub-representadas nos espaços de poder e isto incide na reiteração de práticas discriminatórias na falta de força suficiente para resolver o problema

Relatoras: Deputadas Elasa Susana Agüero e Margarita Stolbizer

5. Quarta sessão: Formação de mulheres líderes



Para o segundo dia de discussões cujo eixo diretor era o fortalecimento de lideranças políticas, econômicas e sociais das mulheres, o Congresso argentino abriu a porta aos representantes das organizações da sociedade civil. A sessão começou com as apresentações das sras. Gloria Young, ex-parlamentar do Panamá e membro da Associação das Mulheres Parlamentares e Ex-parlamentares da República do Panamá, Margarita Percovich, senadora do Uruguai, e Marta

Mas de Magliano, economista e universitária argentina. Em seguida, foram organizadas mesas-redondas durante as quais as parlamentares e representantes da sociedade civil foram convidadas a debater ferramentas para o avanço da mulher.

5.1 Apresentações

5.1.1 Sra Gloria Young: Ações afirmativas para o acesso ao poder das mulheres na esfera política

A intervenção de Gloria Young, ex-parlamentar do Panamá, tratava da construção de lideranças femininas. A sra. Young colocou ênfase em certas características úteis às mulheres que desejavam ter acesso ao poder político para em seguida discorrer sobre uma série de propostas.

Segundo a sra Young, a tomada de consciência pelas mulheres de suas qualidades intrínsecas faz parte integrante do seu caminho para cargos de poder. Entre outras qualidades, a ex-parlamentar salientou as de ser inclusivas, de saber atrair para a política outras mulheres e em particular jovens mulheres, de trabalhar de forma incansável para realizar as suas aspirações próprias, apoiando as outras ao mesmo tempo, de se preocupar com a gestão do cotidiano, de dar um lugar importante à educação, à saúde, ao meio-ambiente, de valorizar a transparência e de estar prontas a ouvir, o que contribui para a tomada de decisões de comum acordo. Esse conjunto de características dá às mulheres a possibilidade de criar um novo tipo de liderança e de derrubar o *statu quo*.

No tocante às ações afirmativas, Gloria Young salientou a importância da formação das mulheres para que as que entrem para a política disponham de ferramentas necessárias. No Panamá, as mulheres conseguiram que 25 % do financiamento do Estado concedido aos partidos políticos seja destinado à formação – dos quais 10% à formação das mulheres. No entanto, a sra. Young lembrou que cabia às mulheres verificar que essa lei seja aplicada no seu próprio partido.

A sra. Young também mostrou a utilidade das associações de mulheres parlamentares e ex-parlamentares (como as que existem em El Salvador e no Panamá). Por exemplo, a Associação de Parlamentares e de Ex-parlamentares da República do Panamá verifica que a lei dos orçamentos de formação seja aplicada e, graças ao cargo obtido no Conselho Nacional dos Partidos Políticos e da Comissão Nacional das Reformas, garante que os relatórios dos partidos políticos mostrem a distribuição apropriada do orçamento. Além disso, Gloria Young salientou a importância de consolidar os setores femininos dentro dos partidos políticos atribuindo-lhes um orçamento suficiente.

Para terminar, Gloria Young aproveitou a presença de representantes de organizações da sociedade civil para incentivá-los a expressar suas opiniões e lembrar aos eleitos suas responsabilidades: “Vocês não devem nos largar e nós não devemos esquecer de onde saímos.”

5.1.2 A sra. Marta Mas de Magliano: Liderança, redes e tecnologias da informação

A economista argentina Marta Mas começou a sua apresentação observando dois elementos que incentivam o acesso das mulheres à liderança política, econômica e social: o acesso às novas tecnologias e seu aprendizado, e a criação de redes, sem esquecer que é essencial integrar a problemática da igualdade dos sexos no



planejamento, na implantação, no controle e na avaliação das políticas e desenvolver indicadores para isso.

A sra. Mas fez questão de lembrar que o princípio da paridade supõe a integração de representantes dos dois sexos nos programas de formação (e não exclusivamente de mulheres), de maneira a evitar as conseqüências nefastas como as separações conjugais.

Ela relatou os avanços realizados na Argentina não somente no campo político, mas nos setores universitário (com seis reitoras de universidades nacionais) e privado. Por exemplo, o fato de ter uma mulher diretora do *Banco de la Nación* na Argentina facilitou o acesso ao microcrédito, uma medida pouco interessante de um ponto de vista estritamente econômico, mas muito favorável às famílias e às pequenas e médias empresas, que são freqüentemente dirigidas por mulheres.

No tocante às redes, a economista lembrou que as organizações e as mulheres líderes tinham a responsabilidade particular de dar apoio às mulheres que não tinham apoio do pai ou do marido para ter acesso à cargos de liderança. Como exemplo, ela citou a Rede das Mulheres da América Latina e do Caribe em gestão de organizações que oferece formações que permitem às mulheres melhorar seu posicionamento no país, assim como um guia chamado GEM elaborado para integrar uma perspectiva de gênero na avaliação dos projetos de caráter social que necessitam das novas tecnologias da informação.

5.1.3 Senadora Margarita Percovich (Uruguai)

A apresentação da senadora Percovich tratava da necessidade de construir e fortalecer as redes entre as organizações sociais, o setor universitário e as mulheres políticas para fazer avançar a situação da mulher de modo a que cada um faça a sua parte coordenando sua ação com a dos outros.

Segundo a sra. Percovich, um dos papéis das organizações sociais consiste em ajudar as parlamentares a tomar conhecimento das realidades sociais, de maneira a alimentar a reflexão dos partidos políticos e a incentivar a integração de uma perspectiva de gênero nas políticas públicas. A contribuição do setor dos pesquisadores se revela também essencial para mostrar onde se situam as dificuldades ou os pontos de congestionamento que limitam o acesso aos programas do governo.

No entanto, a senadora Percovich fez questão de salientar o quanto era difícil, devido às tradições e ao sistema patriarcal bem estabelecido, transpor um problema da vida cotidiana num quadro legal que pudesse levar concretamente à modificação dos códigos penais ou códigos civis, como foi o caso no combate à violência contra a mulher no Uruguai.

Ao seus olhos, o acesso à informação, à tecnologia e à formação constitui também um elemento-chave para incentivar a igualdade de gênero. A experiência da rede de mulheres políticas uruguaias em matéria de formações que tratam do funcionamento do Estado, da formulação de leis e da execução das políticas públicas constitui um bom exemplo de transmissão de conhecimentos.

A senadora terminou sua alocução lançando por sua vez um apelo à transgressão do *statu quo* para que, através da formação e da construção de redes, as mulheres possam atingir a autonomia desejada.

5.2 Relatórios das mesas-redondas



Os participantes da sociedade civil assim como os parlamentares constituíram três mesas-redondas para tratar do acesso das mulheres à liderança política, econômica e social. As conclusões que cada um dos grupos que estão citados abaixo foram relatadas pela deputada Quezada de Honduras (mesa-redonda 1), pela deputada Donis da Guatemala (mesa-redonda 2) e pela senadora Mendoza de Acha do Paraguai (mesa-redonda 3).

Mesa redonda 1

- No tocante à liderança, é preciso absolutamente ter acesso à educação, à formação e aos recursos econômicos que ajudem a promover ações positivas.
- Devemos incentivar a solidariedade dos gêneros, a equidade e a justiça, com a ajuda da mídia, assegurar a erradicação da violência familiar e a repartição das responsabilidades familiares assim como uma democracia interna maior nos partidos políticos.
- É preciso estimular o voto das mulheres e sua participação ativa na sociedade civil organizada.
- É preciso promover estratégias de comunicação, pelo uso eficiente da mídia e insistir na problemática homem/mulher.
- É preciso buscar três características para a liderança: a ética, a equidade e a eficiência.
- É preciso financiar a atividade política através de recursos do Estado para garantir a igualdade de acesso às candidatas e candidatos.
- As mulheres políticas devem forjar alianças estratégicas com as mulheres que trabalham em organizações sociais, através de uma interação no intuito de atingir objetivos comuns.

Relatora: Deputada María Dilma Quezada (Honduras)



Mesa redonda 2

As participantes observaram que era preciso:

- Promover uma consciência social mais forte no tocante aos direitos da pessoa em geral e das mulheres em particular.
- Romper com paradigmas e promover a valorização e a autodeterminação das mulheres, despertando a solidariedade nelas.
- Buscar alianças e a coparticipação entre a sociedade civil assim como consensos e objetivos comuns.
- Planejar e despertar a confiança identificando melhor o vínculo entre as mulheres e as problemáticas sociais.
- Apoiar as mulheres líderes dando-lhes uma formação mais sólida.
- Forjar alianças com as mulheres que trabalham nas mídias no intuito de promover direitos, interesses e objetivos.
- Estabelecer dentro dos partidos a distribuição dos recursos destinados a financiar as campanhas dos candidatos.

Relatora: Deputada Lilian Elizabeth Donis (Guatemala)

Mesa redonda 3

- Em política, é preciso que as mulheres tenham seu próprio estilo para valorizar suas qualidades ou seja, a capacidade de ouvir, a transparência, a disciplina e a honestidade. Podemos obter o respeito dos cidadãos se elevarmos a auto-estima considerando-nos como sujeitos de direito e suscitando a idéia da complementaridade com o homem através de uma relação simétrica.
- A formação de lideranças femininas consiste em não permitir aos homens decidir por nós. Somos independentes. Devemos ter nossa própria plataforma. Devemos nos formar nós-mesmos.
- É preciso incentivar lideranças transparentes, honestas e o acesso de todos os cidadãos à educação.
- A formação das mulheres é primordial, não para que mudemos ou nos adaptemos, mas para conseguir conhecimentos necessários à condução dos assuntos do Estado.
- É preciso ter estratégias de comunicação e garantir o respeito do contrato moral concluído através de um voto para obter a credibilidade de pessoas em política.
- Não se deve apoiar lideranças fictícias, mas lideranças positivas e não aceitar que a constituição das listas de candidatos permaneça um privilégio dos homens.

Relatora: Senadora Ana María Mendoza de Acha (Paraguai)

6. Outras questões

6.1 Declaração dos congressistas peruanos no Segundo Fórum Regional do Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas

A deputada peruana Elvira de la Puente Haya tomou a palavra para apresentar uma declaração assinada por 71 dos 117 membros do Congresso peruano dirigida ao Segundo Fórum Regional do Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas, na qual os parlamentares se pronunciam em favor das reservas emitidas pelo Peru por ocasião das conferências mundiais de Beijing, do Cairo e de Copenhague e da conferência regional de Mar del Plata, em particular quanto ao uso do termo « equidade de gênero ». O texto da declaração, que foi distribuído aos participantes, está disponível em anexo. Uma cópia digital do documento original e das assinaturas está disponível no site do Parlamento Virtual das Américas www.e-fipa.org.

6.2 Convite para o Fórum do Gênero

A deputada Margarita Stolbizer lançou aos parlamentares presentes um convite para participar do Fórum do Gênero, organizado de 7 a 9 de abril de 2005 em Buenos Aires no âmbito do processo de preparação da sociedade civil à Quarta Cúpula das Américas em Mar del Plata.

6.3 Leitura

A deputada federal argentina, a sra. Olinda Montenegro, recitou para as participantes um de seus poemas dedicado às mulheres analfabetas e publicado na obra *Alfabetización Reparadora*, gentilmente oferecido pelo Congresso argentino aos parlamentares participantes.

7. Alocução de encerramento



No seu discurso de encerramento, a senadora Silvia Hernández fez questão de parabenizar a FIPA por ter criado esse espaço de discussão para as mulheres, lembrando que o acesso das mulheres à liderança era uma manifestação de democracias maduras que sabem incorporar líderes que têm um estilo diferente, eficiente e complementar.

Ela agradeceu a deputada Margarita Stolbizer por ter lançado essa iniciativa, o deputado Luis Molinari Romero e o senador Céline-Hervieux-Payette por ter lhe concedido o valor que merecia e o Congresso argentino por ter permitido a sua realização.

Finalmente, ela convidou todos os parlamentares participante a discutir problemáticas econômicas e políticas que dizem respeito às populações das Américas por ocasião da Quarta Assémblea Plenária da FIPA em Brasília de 19 a 21 de maio de 2005.

* * * *

8. Anexos

8.1 Anexo 1: Lista das participantes¹

Parlamentares:

Argentina Deputada Elda Susana Agüero Deputada Graciela Camaño Deputada María Teresa Ferrín Deputada Cinthya Gabriela Hernández Deputado Luis Arturo Molinari Romero Deputada Olinda Montenegro Deputada Rosario Romero Deputada Margarita Stolbizer Deputada Alicia Tate	Bolívia Deputada Elsa Guevara Aguirre
Brasil Deputada Iara Bernardi Deputada Janete Capiberibe Deputada Edna Macedo Deputada Zelinda Novaes Deputada Gorete Pereira Senadora Sherys Shlessarenko	Chile Deputada Maria Antonieta Saa
Costa Rica Deputada Kyra De La Rosa Alvarado Deputada Maria Elena Núñez Chaves	Cuba Deputada Nieves Argelia Alemañy Aguilera
El Salvador Deputada Blanca Flor Bonilla Deputada Marta Lillian Coto Vda. De Cuellar Deputada Mariela Peña Pinto Deputada Victoria Ruiz De Amaya	Equador Deputada Denny Cevallos Capurro
Guatemala Deputada Gloria Marina Barrillas Carías de Duarte Deputada Lilian Elizabeth Donis Deputada Nineth Varenca Montenegro Cottóm	Honduras Deputada Gillian Guifarro Montes de Oca Deputada María Dilma Quezada

¹ A lista das representantes das organizações da sociedade civil que participaram das discussões de 8 de abril não está disponível.



México Senadora Luisa María Calderón Senadora Noemí Guzmán Senadora Silvia Hernández	Paraguai Senadora Adriana Hercilia Franco de Fernández Senadora Ana María Mendoza de Acha Deputada Marilyn Victoria Rejala Altemburger
Peru Congressista Elvira De la Puente Haya Congressista Fabiola Morales Castillo	Republica Dominicana Deputada Cristina Lizardo Deputada Josefina Marte Deputada Olga Torres
Uruguai Senadora Margarita Percovich	Venezuela Deputada Desiree Santos Amaral Deputada Maria Iris Varela Rangel
Parlamento andino (Equador) Parlamentar andina Juana Maria Vallejo Klaere	Assembléia legislativa do Jujuy (Argentina) Deputada Ada Cecilia Galfré

Especialistas:

Associação das Mulheres Parlamentares e Ex-parlamentares da República do Panamá Sra. Gloria Young	Centro de Documentação e de Estudos (Paraguai) Sra. Line Bareiro
Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) Sra. Susana Chiarotti	Comissão Interamericana das Mulheres Sra. Mercedes Kremenetzky
Universidade de Buenos Aires Sra. Marta Mas de Magliano	

Secretariado do FIPA:

Mme Emmanuelle Pelletier	
--------------------------	--

8.2 Anexo 2: Discurso de abertura

8.2.1 Discurso da sra. Margarita Stolbizer, presidente do Grupo das mulheres parlamentares das Américas e deputada federal da Argentina

Original: Espanhol

Vamos iniciar o Segundo Fórum Regional do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas. Comunicarei as modificações que poderá haver neste programa.

Agradecemos enormemente a participação de todas as parlamentares que vieram de muitos países da região da América Central e da América do Sul.

Desejo fazer alguns agradecimentos especiais aos patrocinadores deste encontro: o Congresso da Nação Argentina, o Governo do Canadá, o Instituto do Banco Mundial, a Organização dos Estados Americanos, o Parlamento da Finlândia e o Centro Parlamentar do Canadá.

Como representante das mulheres do Fórum Interparlamentar das Américas, anunciarei o resto do programa e quero contar em poucas palavras como surgiu a criação deste Grupo de Mulheres da FIPA.

O Grupo de Mulheres tem, antes e acima de tudo, a preocupação da presidenta do Fórum Interparlamentar das Américas, a senadora Céline Hervieux-Payette, que entende que é necessário incentivar a criação de um grupo específico que nos permita trazer a perspectiva do gênero para a análise dos temas que vinham se desenvolvendo nos diferentes grupos de trabalho da FIPA nas assembléias plenárias.

A partir deste ponto e da iniciativa de mulheres de diferentes países da América, pensamos que também deveríamos constituir um grupo de trabalho específico de mulheres parlamentares, com uma agenda própria, que incorporaria o objetivo principal de analisar o impacto que as diversas políticas têm sobre as mulheres, especialmente nos países da região. Dessa forma, queremos analisar, por exemplo, qual foi o impacto que as crises financeiras ocorridas na maioria dos países da América teve sobre a situação das mulheres; qual foi o impacto sobre as mulheres da condição de pobreza estrutural de muitos países e da situação de endividamento dos nossos países.

Foi assim que este Grupo de Mulheres Parlamentares foi formado dentro da FIPA, que já se reuniu em duas oportunidades, simultaneamente com a realização das assembléias plenárias durante as quais debatemos essas questões, para ver de que maneira trabalhar e tornar mais eficiente o trabalho dos parlamentos e dos parlamentares em busca de um desenvolvimento com igualdade para as nossas regiões.

Percebemos que nossos tempos foram sempre muito curtos e que as reuniões que fizemos por ocasião das duas últimas assembléias plenárias não foram de grande utilidade; com duas ou três horas de assembléias plenárias não conseguíamos debater todos os temas. Por isso pensamos em organizar dois fóruns específicos de mulheres parlamentares das Américas, onde pudéssemos levar a cabo um debate muito mais amplo sobre cada uma dessas temáticas.



Foi assim que decidimos nos reunir este ano em dois fóruns regionais. Há poucos dias foi realizado o Fórum para a América do Norte e o Caribe, em Barbados, com uma grande participação de mulheres parlamentares dessa região, e hoje estamos inaugurando este Fórum Regional da América Central e da América do Sul.

Não foi uma simples coincidência, e vocês não deixaram de perceber a importância dos temas que escolhemos para a realização deste fórum que tem como finalidade o intercâmbio de experiências.

Cada um dos nossos painéis contará com uma especialista que fará uma apresentação do tema de cada sessão. Em seguida as parlamentares dos diferentes países falarão das suas experiências, passando para um momento de debate em cada uma das sessões.

Os temas escolhidos estão vinculados à representação política das mulheres e à necessidade de reconhecer as barreiras ou obstáculos para ter uma participação muito mais decisiva nas questões que se relacionam fundamentalmente com o poder.

Como já dissemos ontem na nossa reunião de boas-vindas, pensamos que o grande desafio para melhorar a qualidade institucional nos nossos respectivos países depende do fortalecimento das lideranças das mulheres nos partidos políticos por um lado, e que, por outro, tenhamos partidos políticos cada vez mais fortes para melhorar a qualidade do nosso sistema institucional.

É claro que, quando nos referimos à representação política das mulheres e à possibilidade de contar com leis de quotas, não estamos simplesmente falando de uma questão quantitativa, mas também de como acrescentar qualidade; portanto, é uma questão qualitativa que diz respeito a como melhorar, tornar mais eficiente e acrescentar qualidade ao sistema institucional dos partidos políticos para fortalecer a democracia na nossa região.

O segundo dos temas está vinculado à pobreza e ao emprego; ambos têm sido a preocupação central do grupo de mulheres durante todo esse tempo. A partir do impacto das crises econômicas e sociais na região –que afeta fundamentalmente as nossas famílias– é necessário analisar de que maneira as mulheres tomaram para si a responsabilidade de sair desta situação, em muitos casos entrando no mercado de trabalho em condições de absoluta precariedade.

As mulheres que entraram no mercado de trabalho, sobretudo nos últimos anos, o fizeram sem proteção legal, e portanto terminam sendo as mais pobres entre os pobres; é evidente que são as que mais sofrem com uma situação de grande discriminação com relação às possibilidades de acesso a melhores condições de trabalho.

É evidente também que a busca de espaços maiores de igualdade para as mulheres não pode nem deve ser uma luta isolada nem uma guerra dos sexos, mas tem que ser uma luta por maiores espaços de igualdade para todos.

Sempre dissemos que o problema de discriminação que existe em nossas sociedades é sempre igualmente injusto e intolerável seja quando se discrimina as mulheres, seja quando se discrimina os jovens, os adultos, os incapacitados ou os pobres, e que devemos assumir juntos a luta pela igualdade.

O debate desta segunda sessão sobre a pobreza e o desemprego também deve levar este fórum a emitir recomendações à nossa Assembléia Plenária, já pensando na Cúpula das

Américas que será realizada na cidade de Mar del Plata, Argentina, no mês de novembro, com a presença de todos os chefes de Estado do nosso continente, e que tem como tema central de debate, justamente, o tema do emprego para combater a pobreza.

A terceira sessão, ou o terceiro painel, trata dos direitos humanos e da violência. Pensamos que é imprescindível reconhecer os obstáculos e a situação das mulheres no tocante à vigência dos nossos direitos para poder exercer eficazmente –ou construir de maneira eficaz– uma democracia que não seja simplesmente um sistema formal, mas um sistema que possa satisfazer os requisitos e as necessidades sociais mais elementares.

Amanhã teremos uma reunião aberta às organizações sociais, na qual vamos discutir como construir lideranças políticas e sociais, quais são os mecanismos, e depois das três apresentações que teremos amanhã, trabalharemos em *workshops* para melhorar os resultados que pretendemos obter.

Não quero me estender mais. Mas quero sim reiterar que pensamos que este é um espaço que depende da construção de um contrato –é necessário reconstruir um contrato entre mulheres e homens– para buscar espaços maiores de igualdade e de liberdade.

Além disso, pensamos que não é uma construção isolada ou solitária mas, ao contrário, cooperativa e solidária porque, em última instância, a busca é o fortalecimento da governabilidade democrática e o sistema de partidos políticos, para que se possa realmente satisfazer as necessidades mais elementares da vida cotidiana daqueles que desejamos representar.

A possibilidade de ter uma democracia real, uma democracia que seja o instrumento para garantir o desenvolvimento equitativo, também implica em reconhecer que a democracia não pode de maneira alguma convalidar uma situação de dominação. Evidentemente, a democracia tem que ser o instrumento de luta contra qualquer manifestação de desigualdade, discriminação ou dominação.

Vou terminar com a leitura de uma história curta do grande escritor latino-americano Eduardo Galeano em sua obra *La Autoridad*. Eu cito: "Em épocas remotas, as mulheres se sentavam na proa da canoa e os homens na popa. Eram as mulheres que caçavam e pescavam. Elas saíam das aldeias e voltavam quando podiam ou quando queriam. Os homens montavam as palhoças, preparavam a comida, mantinham as fogueiras acesas contra o frio, cuidavam dos filhos e curtiavam as peles de abrigo. Assim era a vida entre os índios onas e os iaganes na Terra do Fogo, até que um dia os homens mataram todas as mulheres e colocaram as máscaras que as mulheres haviam inventado para assustá-las. Somente as meninas recém-nascidas se salvaram do extermínio. Enquanto cresciam, os assassinos lhes diziam e repetiam que servir aos homens era o seu destino. Elas acreditaram e as filhas delas acreditaram assim como as filhas das suas filhas."

Para dar início ao encontro, darei a palavra à senadora dos Estados Unidos Mexicanos, Silvia Hernández, que falará da representação da Presidência do Fórum Interparlamentar das Américas.



8.3.2 Discurso da sra. Silvia Hernández, membro do Comitê executivo da FIPA e senadora do México, em nome da presidente da FIPA

Original: Espanhol

Em primeiro lugar desejo agradecer a senhora deputada Margarita Stolbizer, e gostaria também de manifestar a minha satisfação pela relevante e honrosa presença da senhora senadora Miriam Curletti e do senhor deputado Luis Molinari Romero neste fórum.

Prezadas companheiras: em segundo lugar, eu gostaria de transmitir em nome da nossa presidenta Céline Hervieux-Payette suas saudações mais carinhosas e dar um abraço em cada uma de vocês. Ela estava a ponto de subir no avião quando uma situação inesperada a impediu de vir a Buenos Aires. Isso aconteceu realmente no aeroporto, algo fora de seu controle. Ela pediu ao pessoal do seu escritório que me enviasse seu discurso por fax para que eu pudesse lê-lo aqui.

Ao vê-lo e ao escutar a senhora deputada Margarita Stolbizer, percebo que a compenetração que as duas têm com relação ao fórum é evidente. Digo isto, porque o discurso de Céline tratava, do começo ao fim, dos mesmos conceitos levantados por Margarita Stolbizer. Depois de cumprimentar e apresentar as suas desculpas, ela me pediu para ler seus agradecimentos. Entre eles faltou um só: tenho instruções de Céline de fazê-lo de maneira destacada e particular. Concretamente agradecemos ao Instituto do Banco Mundial, a OEA através do seu Departamento de Democracia e Assuntos Políticos, ao Governo do Canadá através do Ministério de Relações Exteriores e também da Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional, e muito especialmente ao Congresso da Nação Argentina, porque nos oferece a sua casa e o seu apoio de todas as formas possíveis para que este encontro seja realizado.

Céline quer dizer –e é com prazer que me junto a ela- que está particularmente agradecida a Luis Molinari Romero –presidente regional da FIPA, que tem dado seu apoio dentro do Comitê Executivo para que estas reuniões possam continuar– e essencialmente a Margarita Stolbizer.

Margarita Stolbizer foi a iniciadora desta linha de trabalho da FIPA. Foi o seu conceito, sua idéia e sua liderança que permitiram que, dentro da FIPA, se compreenda com clareza a necessidade de abrir um espaço de trabalho para as mulheres e das mulheres parlamentares.

A senadora Céline Hervieux-Payette quer dizer a Margarita Stolbizer que está agradecida, que manifesta o seu reconhecimento e que quer estender, diante de todos vocês, este reconhecimento pela sua liderança.

Essa deputada chegou um dia em Ottawa com a idéia de mostrar à FIPA que as mulheres parlamentares deste continente -deste hemisfério, como se diz atualmente- deviam fazer um exercício para incluir a visão das mulheres sobre os assuntos da política continental e também para elaborar uma agenda das mulheres.

Creio que ela o expressou corretamente. A impressão que temos na FIPA, como mulheres parlamentares, é que foi um avanço o fato de que tenham se formado -em praticamente todos os Parlamentos- comissões de atividade e gênero que buscam incluir a visão das mulheres, no intuito de que dêem a sua opinião e perspectiva, e que se crie finalmente uma linguagem comum intercontinental em relação às políticas de gênero.

Tenho a impressão –e quero partilhá-la com vocês- de que poderíamos fazê-lo de forma complementar com a nossa participação em outras comissões. Não sei se lhes ocorreu, não é hora de falar da experiência nacional –estou encarregada de fazê-lo logo mais- mas creio que nesta inauguração vale a pena dizer também que a nossa participação em outras comissões se torna uma ferramenta indispensável para executar este trabalho.

Quando falamos em pobreza e já colocando o dedo na ferida, é muito bom mostrar que entre os pobres, os mais pobres são as mulheres. Se trabalharmos nas comissões de fazenda, nas comissões de orçamento, se a partir destes âmbitos se impõe a perspectiva do gênero, é justamente aí que devemos açoitamos as políticas públicas para que se possa dar uma ênfase particular às distribuições de verbas e aos orçamentos destinados à educação, considerando que as meninas abandonam a escola muito cedo. É aí que os recursos devem ser destinados para que haja regulamentos no intuito de impedir que as meninas abandonem a escola.

Quando se trabalha nas comissões de Economia ou de Comércio, é aí que a política de gênero deve ser incentivada; é onde se vê que, em grande parte, a microempresa –base da nossa economia- é dirigida por mulheres. Quando se fala de financiamento a pequenas empresas, nós mulheres temos que compreender que estamos dando um recurso para que possam avançar.

Não existe praticamente nenhuma comissão dessas que os Parlamentos chamam de comissões de questões substantivas na qual não se possa tratar do tema das mulheres. Não basta ter avançado em direção às comissões de gênero, dado que elas muitas vezes se fecham sobre si mesmas para falar sobre assuntos de mulheres, e nossos companheiros parlamentares nos vêem como mulheres no Departamento de Mulheres, mas também no Parlamento nacional. Insisto no fato que foi um avanço ter sido bem sucedido nisso. Por exemplo, é importante que nós, mulheres, tenhamos uma visão de gênero quando discutimos a ratificação de um tratado de livre comércio, e saibamos que quem vai ganhar são as empresas mais competitivas, porque é um tratado feito para isso: para competir. Ganhará aquele que tenha melhores elementos para tanto.

Se não tivermos a visão das mulheres, dificilmente poderemos fazer chegar até as mulheres, em seus diferentes níveis de participação, elementos para a concorrência: o desenvolvimento tecnológico, a capacitação para seu capital humano, a maneira com a qual se possa elaborar as verdadeiras redes de concorrência, etc.

Então, como fazer a partir do Parlamento uma conjunção da tarefa das mulheres? Nem todas nós temos que ir às comissões de gênero e nem todas nós estamos nas comissões da Economia, da Fazenda, do Comércio, da Educação ou da Saúde. Pode ser que estejamos mais nas comissões de Educação ou da Saúde, porque continua prevalecendo a idéia de que nós, mulheres, podemos ir para a Cultura, a Educação ou para a Saúde, e poucas de nós queremos entrar em outras comissões ou não encontramos os mecanismos para poder fazê-lo. Mas essa pode ser uma tarefa e creio que, no decorrer desta reunião, esse é um dos elementos que devemos tratar nas discussões. Além de uma visão geral sobre gênero e sobre assuntos das nações e do hemisfério, devemos pensar naquilo que temos para fazer, nós mulheres parlamentares. Os Parlamentos induzem decisões e políticas públicas, é aí que a nossa ferramenta tem que funcionar.



A Céline Hervieux-Payette diz muito bem –e o reitera no discurso que me enviou- que devemos insistir no fato que isso não é um clube de mulheres e, mesmo que fosse, não teria nenhum mal nisso. Isso não é um clube de mulheres, mas sim um encontro de mulheres, e de certo não se trata de qualquer categoria de mulheres. Tratam-se de mulheres vencedoras, que foram melhores que a concorrência, mulheres com êxito, inteligentes, relevantes.

Este é um encontro das melhores mulheres da América. Aqui, estamos reunidas para trabalhar pelos assuntos importantes da nossa pátria. E esses assuntos da nossa pátria devem nos incluir; se não o fizerem, seriam míopes; seriam políticas e decisões atrofiadas, que não incluem a visão integral de nossas nações que nos fazem exigências, como nós também fazemos exigências sobre o que se faz em nossos países.

Amigas: em nome de Céline Hervieux-Payette quero lhes desejar, nos desejar, todo o sucesso; e eu não vejo por que não seríamos bem sucedidas se habitualmente o somos, devido à nossa capacidade. Hoje, este encontro será um sucesso que deveremos a vocês e à diretoria que nos convocou.

8.3.3 Discurso do sr. Luis Arturo Molinari Romero, membro do Comitê executivo da FIPA e deputado federal argentino

Original: Espanhol

Tenho uma condição rara nesta sala, que realmente me honra.

Em primeiro lugar, quero dar as boas-vindas a todas em nosso país. Este nosso país se orgulha de estar à frente em relação ao avanço na participação da mulher na política, produto principalmente da luta das próprias mulheres de todos os partidos políticos, sem distinção de espécie alguma.

Eu não poderia deixar de mencionar duas pessoas que, na história da Argentina, significaram muito para avanço da participação da mulher. As duas já morreram; uma era socialista e se chamava Alicia Moreau de Justo; a outra foi Eva Duarte de Perón. Sem dúvida, essas duas mulheres marcaram, com formas distintas, um caminho que, com os anos, se viu traduzido no que hoje é a participação efetiva das mulheres nas diferentes instâncias da política da Argentina.

Creio que a batalha pela representação formal, apesar das desigualdades em cada um dos países -porque todos os países não alcançaram o mesmo nível ou a mesma altura- deve ser não somente uma luta de vocês, mas também uma tarefa para a FIPA, para poder incrementar a participação da mulher em cada Congresso, para poder apoiar a participação que vocês estão pedindo.

Mas, como dizia há pouco Silvia Hernández, temos que dar um salto qualitativo como organização. Nós precisamos observar aquele conceito, que nasceu depois da reunião de Beijing, o da representação substantiva, para que ele se torne de fato uma realidade, e – como também dizia Silvia- muito mais do que as comissões de Educação, Saúde ou Cultura. A visão do gênero deve estar presente em cada uma das políticas públicas de nossos Estados.

Precisamos da visão da mulher. Não é uma concessão de nossos sistemas políticos mas sim uma necessidade absoluta.

Esta reunião da FIPA tem a ver também com uma etapa de fortalecimento deste foro, como ponto de encontro entre homens e mulheres que, em cada um dos Congressos, desenvolve sua atividade de representação. Isso pressupõe que a partir de reuniões desta natureza se estabeleçam relações entre cada uma das congressistas presentes, que são as que mais frutificam e perduram no tempo.

Não posso deixar de mencionar dois eventos que são muito significativos para nós este ano. Em primeiro lugar, realizaremos a Assembléia Plenária da FIPA em Brasília, na nossa república irmã, o Brasil, para a qual convidamos calorosamente a uma participação muito efetiva, não somente o Congresso, mas também nossas mulheres parlamentares. Esta reunião –como dizia- se realizará entre os dias 19 e 21 de maio.

Queremos realmente contar com uma presença significativa de cada um dos nossos parlamentos, não somente pela natureza dos temas que serão tratados, mas também porque pela primeira vez vamos incluir no temário da FIPA a dívida externa, como uma realidade premente de nossos países que deve contar com uma perspectiva de gênero e uma representação em Brasília.

O segundo evento, foi mencionado pela deputada Stolbizer, é a realização da Cúpula das Américas no final do ano em nosso país. A FIPA precisa chegar àquele encontro com uma união muito forte dos parlamentos de todo o nosso continente, desde o Canadá até a Argentina no extremo sul, incluindo a nossa irmã, a República do Chile, assumindo a representação do que significa esta forte participação dos congressos no processo de tomada de decisões dos nossos países.

É claro que a Cúpula das Américas é uma reunião de chefes de Estado, eles assistem como representantes do conjunto de cada um de nossos países. Portanto, é muito importante que este ano em cada um destes eventos, a começar por este, possamos discutir, debater e tirar conclusões para ir somando antecedentes para estas duas reuniões.

Vou terminar minha breve intervenção aqui, e quero dizer algo com absoluta convicção: considero que o destino da democracia na América latina depende basicamente de podermos apoiar com êxito a liderança da mulher. Sem essa liderança, não teremos nos próximos anos uma democracia forte na América latina.

Bem-vindas à Argentina. Espero que aproveitem não somente das nossas reuniões, mas também da nossa hospitalidade.

8.2.4 Discurso de Miriam Curletti, vice-presidente do Senado da Nação Argentina

Original: Espanhol

Obrigada por permitir que eu participe deste fórum. Quero dar as boas-vindas a todas as mulheres participantes e parabenizá-las por esta importante convocação.

Os objetivos deste foro, dentro das particularidades locais e regionais, estão orientados para a reflexão sobre a capacidade que, a partir das instâncias legislativas, torna possível oferecer a implementação de políticas de igualdade de gênero, avaliando particularmente o avanço da liderança das mulheres no intuito de ampliar e fortalecer sua participação nas esferas de poder e de decisão.



Trata-se de responder ao desafio de conseguir consenso sobre ações e propostas para o avanço efetivo da igualdade de oportunidades, a partir da perspectiva de projetos de integração latino-americana, âmbito onde a mulher também foi relegada.

A integração regional supõe a configuração de instituições, normas e funcionamentos no intuito de conseguir taxas de crescimento que incentivem o desenvolvimento. Neste sentido, nos perguntamos qual é o papel das mulheres nos processos de integração e, sendo mais específicos, qual é o papel das mulheres políticas nas instituições de integração. Em relação a esse aspecto, propomos um ponto de partida: instituições para a integração regional e latino-americana poderão existir sem que se integre necessariamente a perspectiva das mulheres nas esferas de poder e decisão?

A incorporação da mulher na agenda parlamentar significou a inclusão e a consolidação de temáticas sensíveis às mulheres, tais como a saúde reprodutiva, a discriminação, a violência familiar, a infância e a incapacidade. Quando a mulher invade os aspectos econômicos, o significado e o desenvolvimento dos temas, a partir da perspectiva integradora, tornam-se transcendentais. A prevalência do econômico cede lugar à dimensão humana, considerando que o eixo fundamental é o recurso humano. Isso é o que reivindicava a Silvia Hernández.

As exigências que se apresentam a nós a partir dos diferentes âmbitos implicam em esforços individuais e na necessidade de convergência, onde as redes -essas preconizadas por este fórum- levem à cooperação e à transmissão de experiências e conhecimentos.

A estratégia para o fortalecimento da governabilidade democrática nos indica a necessidade de uma liderança que implica em possuir um espírito inovador, criativo e flexível, assim como em ter a capacidade de formar equipes, estimulá-las e mostrar clareza sobre o sentido dos esforços. Isso é o que o grupo de mulheres parlamentares está fazendo.

A liderança da mulher implica em repensar a forma de atuar, incorporando estratégias que nos convertam em focalizadoras, facilitadoras, sinergistas e co-criadoras. Uma das condições de governabilidade democrática consiste na possibilidade de participação. Quando falamos em participação, nos referimos à necessidade de trabalhar sem exclusões, com o compromisso de decidir, esse compromisso que realiza o cidadão e lhe confere o direito de definir o seu projeto individual sobre a base do bem comum.

Comprovamos que há muitos anos aparecem nos temários de diferentes países, cidades e instâncias, os espaços onde o poder arraigado e concentrado deixa as mulheres vazias de “empoderamento”. Apesar de tudo, contra o vento e contra a maré, elas optaram pela batalha da inclusão que implica em ser uma mesma para que outras possam ser. Em busca da paridade se formaram diferentes estratégias que implicam em avanços como reconhecemos, mas também evidenciam a necessidade de novas fortalezas e de novos desafios.

Este grupo de Mulheres Parlamentares das Américas constitui o exemplo mais concreto da busca de “empoderamento” e de novas formas de participação, onde a partir da lógica da igualdade de oportunidades se viabilize a abordagem de reformas estruturais do sistema de gênero.

A aplicação da dimensão de gênero nas políticas públicas tem como objetivo a avaliação do impacto na função do gênero, para evitar conseqüências negativas não intencionais e melhorar a qualidade e eficácia de todas as políticas. Hoje, congregadas neste local, se reúnem a América do Sul e a América Central, laceradas por dívidas, erros e esquecimentos. A partir daqui, estamos decidindo outra frágua, outra batalha, que no nível do pensamento e da ação significa serviço e projeção para as que ficaram aguardando e precisam de nós.

Exemplos de entrega são vividos por todas e cada uma de nós, mas permitam que me junte a Silvia Hernández nos conceitos que expressou a respeito de Margarita Stolbizer, no sentido de que exerce uma liderança que leva a conquistas seguras. Ela, como um profeta laico, uma toureira sem capa, irrompe na história com convicção serena e responsabilidade sem trégua. Todas vocês, o Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas, encarnam a luta necessária, apontam as colheitas do fruto, e as sementes certas são, como diria o poeta, o fermento necessário.

Para cada uma de vocês, para as que virão depois, permitam que evoque em palavras de poeta um parágrafo que as define na íntegra. Diz assim: “Mulher: se eu tivesse que nomeá-la, diria que é plena. Em seu peito a criança mata a fome; em seu peito acende a paixão. Se tivesse que nomeá-la, mulher, diria que é ramo, galho onde surgem brotos, parapeito onde o que ama soluça e se farta. Se tivesse que nomeá-la, mulher, diria que é terra, vinho que embriaga, latido que contagia, punho que não dói, fadiga que não delata, cadeia que não aprisiona. Ah, mulher! Se tivesse que nomeá-la, diria que é plena simplesmente.



8.3 Anexo 3: Declaração dos congressistas da República do Peru no « Segundo Fórum Regional do Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas.»

(Apresentada pela congressista sra. Elvira de la Puente Haya em 8 de abril de 2005 e assinada por 71 congressistas peruanos).

Original: Espanhol

«Nós, congressistas abaixo-assinadas da República do Peru, por ocasião da realização do **Segundo Fórum Regional do Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas** intitulado **«A liderança da mulher para o fortalecimento da governança democrática»**, **RATIFICAMOS AS RESERVAS²** que a delegação do Peru expressou na IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing, conforme à posição tomada na Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento que foi realizada na cidade do Cairo, por ocasião da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em Copenhague, e na Sexta Conferência Regional sobre a Integração das Mulheres no Desenvolvimento Econômico e Social na Região da América Latina e do Caribe em Mar del Plata, e pedimos que **as expressões «gênero» e «eqüidade de gênero» sejam substituídas por «OPORTUNIDADES IGUAIS PARA HOMENS E PARA MULHERES»**, haja vista as seguintes considerações:

1. Em quase todos os documentos recentemente publicados pelas Nações Unidas, encontramos a palavra « gênero » associada à outras como: perspectiva, equidade, abordagem, ideologia, etc.
2. Já que não existe definição clara e exata da palavra sexo e da acepção que se quer dar a ela, mas haja vista que se sabe que esse conceito foi lançado por ocasião da Conferência Mundial sobre as Mulheres (Beijing, 1995), o uso dessa palavra nos parece incerto e ambíguo.
3. Por ocasião dessa conferência sobre as mulheres, a palavra « mulher » foi substituída pela palavra « gênero ». Na nossa opinião, se for preciso legislar para favorecer as mulheres e dar o lugar que cabe a elas legitimamente, devemos começar por designá-las pela palavra correta que, além do mais, é entendida por todos.
4. No Peru, como em outros países da região³, o uso da palavra « gênero », utilizada desde a Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Beijing (1995), ficou confuso e sujeito a várias interpretações.
5. A posição do Peru não é novidade. Já na Conferência Regional para a América Latina e Caribe, realizada em Mar del Plata, em setembro de 1994 –cujo documento final foi terminado em Santiago do Chile de 16 a 18 de novembro do

² Uma cópia das reservas do documento final e da Plataforma de Ação de Beijing estão em anexo. *(Esta nota faz parte da declaração original. O presente relatório não inclui o anexo mencionado acima).*

³ A Argentina, a Guatemala, a Nicarágua e o Paraguai apresentaram reservas quanto ao uso dessa palavra.

mesmo ano— o Peru tinha apresentado suas reservas quanto a utilização da expressão «perspectiva de gênero» invocando a ambigüidade da mesma.

6. A prova mais evidente que o uso da palavra « gênero » não suscita a unanimidade nos é fornecida pelo fato que vários Estados pediram que o sentido dado à palavra seja esclarecido, antes que sejam assinados acordos e tratados nos quais ela se encontra..
7. Por exemplo, o Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional assinado pelo Peru, estipula expressamente: **para fins do presente Estatuto, o termo « sexo » se entende como um ou outro sexo, masculino e feminino, de acordo com o contexto da sociedade. Ele não implica em nenhum outro sentido» (art. 7.3).**
8. Em nível interno, haja vista que a palavra « sexo » se entende dos homens e das mulheres, é necessário que o conteúdo dos documentos que comprometerão nossos povos seja muito claro e não possa se prestar a futuras « interpretações » e que, conforme as observações anteriores, tanto no Acordo Nacional Peruano⁴ como nas diversas propostas legislativas, optamos por termos que fazem a unanimidade e que não se presta a confusão, tais como « **Oportunidades iguais para homens e mulheres** » quando queremos incentivar a ausência de discriminação, e « mulheres » quando se trata de legislar especificamente para elas.

Conseqüentement, reiteramos ao Comitê executivo a substituição do termo « gênero » e da expressão «equidade de gênero» pela expressão «oportunidades iguais para homens e mulheres», já que isso não muda nem o fundo nem o sentido da proposta com a qual estamos totalmente de acordo e que permitirá aprovar por unanimidade as conclusões e recomendações às quais se chegará.

Lima, em 31 de março de 2005 »

⁴ Fórum do qual participam diferentes instâncias governamentais, partidos políticos, sociedade civil organizada, igreja, organizações corporativas, etc., para entrarem num acordo sobre políticas a médio e longo prazo.



8.4 Anexo 4: Programa do Segundo Fórum Regional

Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas
Segundo Fórum Regional (América Central e América do Sul)

“A Liderança da Mulher para o Fortalecimento da Governança Democrática”
Buenos Aires, Argentina, 6-8 de abril de 2005

H. Câmara de Deputados da Nação
Edifício Anexo “Dr. Juan Carlos Pugliese”
Riobamba 25, Sala 1 2º Andar (227)
Cidade de Buenos Aires

Objetivos:

1. Promover a capacidade dos parlamentares para a implementação de políticas de igualdade de gênero, por meio do intercâmbio de experiências e melhores práticas.
2. Avaliar o progresso da liderança feminina na região, identificando ferramentas para melhorar a sua participação nos espaços de decisão.
3. Formular recomendações à Assembléia Plenária do FIPA, em vista da IV Cúpula das Américas – a realizar-se em Mar del Plata, Argentina, em novembro de 2005, com enfoque especial no tema “Criar empregos para enfrentar a pobreza e fortalecer a governança democrática”.

Contatos:

Canadá

Secretaria Técnica do FIPA:
Emmanuelle Pelletier ou **Sabra Ripley**
Tel: 1 (613) 947-8787
Fax: 1 (613) 947-8010
pellee@sen.parl.gc.ca

Argentina

Escritório da Deputada Margarita Stolbizer:
Evangalina Gutkin
Tel: (54) 11 6310-7247
Fax: (54) 11 6310-7818
stolbizer@bloqueucr.gov.ar

Programa

Quarta-feira, 6 de abril de 2005

Chegada dos participantes.

18:00h: Recepção de boas-vindas, Sala de Almoço do Edifício Anexo à Câmara de Deputados "Dr. Juan Carlos Pugliese", *Riobamba 25, 5º Andar*.

- Palavras de boas-vindas do Presidente da H. Câmara de Deputados da Nação: **Exmo. Sr. Eduardo Oscar Camaño**

Quinta-feira, 7 de abril de 2004

A reunião será realizada na Sala 1 do Edifício Anexo à Câmara de Deputados "Dr. Juan Carlos Pugliese". Avda Rivadavia 1865, Buenos Aires, C.F.

9:00h Inscrição dos participantes

10:00h Abertura:

- **Deputada Margarita Stolbizer**, Presidenta do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas
- **Ilma. Céline Hervieux-Payette**, Senadora do Canadá, Presidenta do FIPA
- **Deputado Luis Molinari Romero**, Membro do Comitê Executivo do FIPA
- **Deputada Encarnación Lozano**, Vice-Presidenta da Câmara de Deputados da Argentina
- **Senadora Miriam Curletti**, Vice-Presidenta da Câmara de Senadores da Argentina

10:45h Café

Primeira sessão: Liderança feminina e Poder: Representação feminina nos parlamentos da região. Reconhecimento e eliminação de barreiras.

11:00h-11:40h: Apresentações

- **Sra. Line Bareiro**, Centro de Documentação e Estudos (Paraguai): *"Vencer a adversidade: a construção da liderança das mulheres"*

Experiências nacionais:

- **Deputada Graciela Camaño**, Câmara de Deputados de Argentina
- **Senadora Silvia Hernández**, Senado do México
- **Senadora Ana María Mendoza de Acha**, Câmara de Senadores do Paraguai

11:40h-13:00h Debate e resumo

13:00h-14:30h Almoço, Sala de almoço do H. Senado da Nação
Hipólito Irigoyen 1849, 1º andar

Segunda sessão: Mulher, Pobreza e Emprego: O papel dos parlamentos para a redução da pobreza feminina e a criação de oportunidades.

14:30h-15:10h Apresentações

- **Sra. Mercedes Kremenetsky**, Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), Organização dos Estados Americanos (OEA)

Experiências nacionais:

- **Deputada Elsa Maria Guevara Aguirre**, Câmara de Deputados da Bolívia
- **Deputada Iara Bernardi**, Câmara de Deputados do Brasil




<ul style="list-style-type: none">▪ Deputada Blanca Flor Bonilla, Assembléia Legislativa de El Salvador <p>15:10h-16:30h Debate e resumo</p>
<p>16:30h-16:50h Café</p>
<p>Terceira sessão: Direitos Humanos da Mulher e Violência contra a Mulher.</p> <p>16:50h-17:30h: Apresentações</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Sra. Susana Chiarotti, Coordenação Regional do Comitê da América Latina e Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) <p>Experiências nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Deputada Maria Antonieta Saa, Câmara de Deputados do Chile▪ Deputada Cristina Lizardo, Câmara de Deputados da República Dominicana <p>17:30h-18:50h Debate e resumo</p>
<p>19:00h Recepção oferecida por S.E. Yves Gagnon, Embaixador do Canadá na Argentina. <i>Embaixada do Canadá, Tagle 2828.</i></p>
<p>Sexta-feira, 8 de abril de 2005</p> <p><i>Aberto a representantes da sociedade civil.</i></p> <p>9:30h-10:00h Inscrição dos participantes</p>
<p>10:00h-12:00h Quarta sessão: Formação de Mulheres Líderes: Fortalecimento das lideranças políticas, econômicas e sociais das mulheres.</p> <p>10:00h-10:40h Apresentações</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Sra. Gloria Young, Associação de Parlamentares e Ex-parlamentares da República do Panamá: <i>"Ações afirmativas para a capacitação das mulheres no âmbito político"</i>▪ Senadora Margarita Percovich, Câmara de Senadores do Uruguai▪ Dra. Marta Mas, Economista e Acadêmica <p>10:40h-12:00h Debate e resumo</p> <p>12:00h-12:30h Conferência de imprensa</p>
<p>12:00h-13:30h: Almoço, Sala de almoço do Edifício Anexo à Câmara de Deputados "Dr. Juan Carlos Pugliese". <i>Riobamba 25, 5º Andar.</i></p>
<p>14:00h-15:00h Intercâmbio de avaliação e apresentação de conclusões e recomendações finais</p> <p>15:00h: Encerramento e despedida.</p>

Patrocinadores do Segundo Fórum Regional do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas:

	<p>Congresso da Nação da República da Argentina www.congreso.gov.ar</p>
	<p>Governo da Finlândia www.government.fi</p>
	<p>Instituto do Banco Mundial www.worldbank.org/wbi</p>
	<p>Ministério das Relações exteriores do Canadá www.aec-fac.gc.ca</p>

Colaborador do FIPA :

	<p>O Centro Parlamentar www.parlcent.ca</p>
---	---

Secretariado Técnico do FIPA
Le Sénat du Canada/The Senate of Canada
361-E Édifice du Centre/ Centre Block
Ottawa, Ontario K1A 0A4
Canada

Foro Interparlamentario de las Américas
Fórum Interparlamentar das Américas



Forum interparlementaire des Amériques
Inter-Parliamentary Forum of the Americas

Tel.: (613) 947-8787
Fax: (613) 947-8010
E-mail: info-fipa@e-fipa.org

www.e-FIPA.org

© 2005